

Repowering: Uma oportunidade no cumprimento do PNEC?

1 de Fevereiro, 2021

*Com o crescimento a fazer-se sobretudo através da Energia Solar, que representará 1/4 da geração renovável, o PNEC (Plano Nacional de Energia e Clima) prevê um reforço dos 0,5 GW, existentes em 2015, para um intervalo entre os 8,1 e 9,9 GW em 2030. E no cumprimento dessa meta, é objetivo do Governo apostar no repowering e no subequipamento, partindo da capacidade eólica já instalada. Partindo deste pressuposto, **Pedro Amaral Jorge**, presidente da **APREN** ((Associação Portuguesa de Energias Renováveis) questionou vários empresários sobre qual a estrutura regulatória que o setor eólico necessita para investir em repowering e em novas centrais eólicas para atingir a meta de 2030.*

Com a crise que se avizinha, **José Grácio**, presidente do Conselho de Administração da **TrustWind**, acredita que o setor eólico deve ser visto como uma oportunidade de, rapidamente, sair dela: “São investimentos necessários que devem ser feitos”. Mas, considerando um investimento em que haja “expectativas” e “rentabilidade”, “olhando para aquilo que são os investimentos no futuro em que vamos ter várias vezes o pico de consumo em Portugal em que temos de aumentar o pico de consumo ou então começam a surgir dificuldade em perceber como vamos encaixar todos estes investimentos”.

Para o responsável, a forma mais segura e fácil será através dos parques já existentes, onde há “muito mais conhecimento” sobre os impactos ambientais ou sobre comportamentos de ventos nessas zonas: “É aí que se deveria começar a investir e aumentar a capacidade”. Assim, o presidente do Conselho de Administração da TrustWind defende que o caminho mais seguro é através do “repowering” e do “alargamento dos parques que já existem”, ao contrário de se começar a “alargar ou pôr foco na criação de novos parques”.

[A otimização das infraestruturas existentes é um ponto que deve ser trabalhado]



Rui Neves

Por seu turno, **Rui Neves**, diretor de operações da **Finerge**, quis focar a sua intervenção nas vantagens do *repowering*, dizendo que, além de uma necessidade, é uma oportunidade: “Necessidade no termo em que as máquinas

estão a atingir o limite. Oportunidade, no sentido em que, com as máquinas existentes no mercado, potencia-se a diminuição do número de máquinas a instalar". Com o *repowering* pode, ainda, ser feito "outro aproveitamento" das infraestruturas existentes: "Quando temos um projeto, temos uma potência de ligação que, normalmente, pode estar abaixo da capacidade da rede e devíamos, de uma forma concisa, aproveitar a possibilidade de fazer em paralelo o sobreequipamento e, também, estudando e analisando as condições das redes locais para aumentar a potência de ligação dos projetos". Para o diretor de operações da Finerge, a "otimização das infraestruturas existentes" é um ponto que deve ser trabalhado. Por outro lado, com a "diminuição das máquinas", os próprios locais podem ter mais potência mas isso "não inviabiliza" a possibilidade que sejam feitos projetos de raiz e em bons sítios: "Os melhores sítios que existem de recurso eólico, muitas vezes, estão vedados por questão ambiental e isso não vai mudar". Portanto, atenta o responsável, a aposta deve ser no "reforço da utilização dos meios e projetos que existem" para se atingir a meta.

[blockquote style="2"]Pensar na definição de um regime remuneratório que seja equitativo[/blockquote]

Sabendo que a meta é bastante ambiciosa, **Álvaro Brandão Pinto**, o CEO da **Generg**, defende uma solução mista para se alcançar tal meta, destacando a "instalação de potência adicional através de novos parques". Outra das soluções passa pelo "sobreequipamento" e "operações de *repowering* de parques existentes" com a possibilidade de "aumentar a potência" que lá estava antes. E uma outra via passa também por "manter em exploração alguma potência" já em funcionamento.



Álvaro Brandão Pinto

Quanto às regras que se deveriam estabelecer para o *repowering*, o CEO da Generg defende que deveriam ser "específicas" para essas operações, devendo começar por "respeitar os direitos de atribuição" dados aos "atuais detentores" dos parques em exploração. Depois, "haver a possibilidade de aumentar a potência instalada" sem que daí resultassem problemas técnicos para a rede. Tão importante para o responsável é também pensar na definição de um "regime remuneratório" que seja "equitativo" com o que se vier a "definir para novos projetos" e a implementação de um "enquadramento regulatório" que "incentive os detentores das atuais instalações" a proceder, em tempo útil, à "atualização da tecnologia dos parques". Sobre os novos projetos, Álvaro Brandão Pinto reconhece que a margem de manobra para decidir as condições que promovam o seu desenvolvimento já é superior. Mas "essas regras deveriam ter em conta o facto de que os locais disponíveis para a

realização desses novos projetos já não são muitos” e o “nível de recurso eólico que temos é mais baixo”, atenta, defendendo a “possibilidade de explorar um contributo maior do que o previsto no PNCE” por parte das “instalações *offshore*”, apesar das “condições difíceis” da costa portuguesa: “A análise desta alternativa não devia ser descartável”. O responsável defende também o estabelecimento de uma “lógica de remuneração” que respeitasse “critérios de competitividade” de “custo de produção da tecnologia eólica”, da “estabilidade ao longo do período de vida útil dos ativos” e, também, uma “rentabilidade adequada dos investimento a realizar”.

[blockquote style="2"]O repowering é uma solução tática no curto-prazo[/blockquote]

Já **Duarte Bello**, diretor de operações da **EDP Renováveis**, olha para o *repowering* não como a solução do problema, mas como uma das várias soluções do problema: “É uma solução que, em alguns aspetos, custa menos para as entidades governamentais a facilitarem essa implementação”. Desta forma, o responsável vê o *repowering* como uma “solução tática no curto-prazo” que pode ter um “impacto muito grande” na aceleração. Um projeto de *repowering*, segundo o diretor de operações da EDP Renováveis, vai ter “maiores desafios de licenciamento” do que os projetos iniciais: “Os desafios ambientais de há 15 anos eram diferentes dos desafios ambientais de hoje. O desafio do licenciamento é grande e, portanto, só corrobora a ideia de que temos que capacitar as entidades que o possam promover”. Duarte Bello considera que se deve dar visibilidade aos “projetos orgânicos” e, ao mesmo, “ser capazes de os introduzir”. Em matérias eólicas os leilões devem ser, também, uma realidade: “O *repowering* é a solução de curto-prazo, mas não podemos esquecer o longo-prazo e os leilões vão ser uma realidade tal como já são na maioria dos países europeus”, atenta.

Sob o mote “Redesigning wind energy for the next era” o evento da **APREN** e da **WIBIS** (Wind Energy and Biodiversity Summit) teve como objetivo abordar os vetores de desenvolvimento do setor eólico que melhor contribuem para os objetivos e metas nacionais de 2030.

Nos dias 27 e 28 de janeiro, a APREN juntamente com a WIBIS promoveram um ciclo de conferências, onde especialistas locais e internacionais debateram sobre as práticas mais sustentáveis relacionadas com a energia eólica e a biodiversidade.